

Conferências LIVRES

RELATÓRIO


Nome da Conferência Livre: A Saúde Mental Infantojuvenil: pela garantia de direitos	
Data: 24/02/2023	Horário: 14h30
Local: híbrido: on-line e capsisa norte	
Coordenação da Mesa: Tathianna Accioly Brunna Luanna Morais Silva Gustavo Murici Nepomuceno Christiane Kanzler Barbosa Nunes	
Temas Debatidos: Criação de mais espaços especializados de saúde mental (CAPSi em mais regiões, COMPP e Adolescente atualmente atendem a população do DF, necessidade de mais serviços como estes nas regiões do DF), fortalecimento do PSE, fluxo em serviços de saúde, regulação, psicoeducação, fortalecimento de práticas na APS voltadas para pessoas com sofrimento mental	
Números de Participantes na Lista de Presença: 34	
Deliberações Aprovadas: 1. Criação de programa de voluntariado da saúde mental 2.O cumprimento da internação psiquiátrica nos hospitais gerais do DF, quando necessário, para crianças e adolescentes de forma humanizada e em parceria com os CAPSi.3.recebimento de insalubridade específica para trabalhadores do campo da saúde mental 4.Aumento do valor do incentivo federal para a instalação e manutenção de CAPS e criação de incentivo distrital para instalação e manutenção de CAPS 5. Criar colegiados de discussão sobre a saúde de crianças e adolescentes na APS, desde nível central até regiões. Esses colegiados foram extintos em 2016, finalizando todos até 2018. 6. Cumprimento da Lei 13.935/2019 determina a inclusão obrigatória de profissionais de Psicologia e Serviço Social em redes públicas de educação 7. Promoção da saúde mental nos componentes do PSE, incluir nos biênios do PSE: redução de danos, saúde mental/ 8.Centros de convivências de cultura, esporte e lazer para crianças e adolescentes em todas as regionais do DF 9. Capacitação e educação continuada para todos os profissionais da saúde que lidam com o público de saúde mental do DF 10. Criação de concurso específico para serviços de saúde mental na SESDF 11. Criação de gratificação para o CAPS para fortalecer os serviços e o atendimento. As gratificações não são aplicadas ao trabalho na Rede de Atenção Psicossocial e cria inequidades no atendimento do Sistema Único de Saúde. 12. Criação de Política Distrital de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtornos do Espectro Autista a exemplo do Rio Grande do Sul 13. Criação de incentivo financeiro Distrital para a implantação e custeio dos Centros de Referência em TEA, Macrorregionais e Regionais, cujo valor e forma de prestação de contas será fixado em normativa específica, a ser publicada pelo Secretário de Estado da Saúde 14. Realização de licitação para equipar as brinquedotecas dos serviços de saúde mental infanto juvenil 15. Requerimento de informação à Secretaria de Saúde (SES/DF) para saber a quantidade de crianças na fila de atendimento na saúde mental infantil, quantidade de crianças que foram desvinculadas dos atendimentos com a motivação, quantidade de crianças que terão "alta" nos próximos meses com plano de atendimento para essas crianças e vinculação aos novos serviços para garantir a continuidade do atendimento. 16. Criação de fluxo/ orientações em situações de crises no ambiente escolar 17. Criação em diálogo com a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer para cotas para a saúde mental nos esportes.18.Desenvolver junto à Escola do Legislativo do Distrito Federal - Elegir formação política com vistas a empoderar sujeitos da saúde mental para interagir nas suas demandas junto aos diversos atores que interagem para a consecução dos direitos assistidos aos usuários da saúde mental. 19. Reunião com a segurança pública e com IGES para cobrar treinamento com escuta dos usuários de saúde mental 20. a descentralização dos serviços de atenção e cuidado a saúde mental para que os territórios possam desenvolver a rede intersetorial e acompanhar crianças, jovens e suas famílias juntamente com profissionais da educação e da assistência, bem como conselho tutelar e sistema de justiça. 21. Ampliar os CAPS infantojuvenis para a quantidade levantada pela DISSAM para atender as necessidades dos usuários 22. Criar serviços ambulatoriais especializados em saúde mental infanto juvenil em todas as regiões de saúde 23. Criar equipe de matriciamento em todas as regiões de saúde para realizar ações de educação permanente à APS na atenção à saúde mental de crianças	

FORMULÁRIO DE CADASTRO DE CONFERÊNCIA LIVRE

À Comissão Organizadora da 11ª Conferência Distrital de Saúde

Venho requerer a realização de Conferência Livre, nos termos do artigo 5º da Resolução CSDF n° 574, de 13 de dezembro de 2022 – Regimento da 11ª Conferência Distrital de Saúde.

NOVO TEMA: SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL:
PELA GARANTIA DE DIREITOS

Tema:	O cuidado em saúde mental na atenção primária, secundária e terciária
Data:	24/02/2023 14h <u>NOVO HORÁRIO: 14h30</u>
Local:	CAPS: Asa Norte
Responsáveis:	Ana Miriam Valdelei Nascimento Tathiana Accady
Contato:	61.985444413
Data e Assinatura:	 DF, 16 de fevereiro de 2023

Atenção:

1. Este formulário deve ser entregue ou enviado para a Comissão Organizadora da 11ª Conferência Distrital de Saúde – conselho.saudedf@gmail.com com antecedência de 15 dias da realização da Conferência Livre, para que, uma vez aprovada pela Comissão, tenha ampla divulgação pela Comunicação Oficial do evento, bem como seu Relatório, ou síntese do debate, integrado ao Relatório Final da 11ª CDS.

RELATÓRIO

Em 24/02/23 ocorreu a conferência livre Saúde mental Infância Juvenil: pela garantia de Direitos. A mesa contou com a presença de uma psicóloga do COMPP (atual gestora), um psicólogo do Adolescente e uma psicóloga do CAPSi Asa Norte e como moderadora uma residente do anoínio CAPSi Asa Norte. Houve grande mobilização na conferência, no sentido de construção de mais serviços de saúde especializados em saúde mental. A conferência ocorreu de forma híbrida (on-line e no serviço do CAPSi Asa Norte) e contou com a participação de diversos usuários de serviços de saúde mental, seus profissionais e também tivemos a participação da Deputada Érika Kokay, que fez uma fala reforçando a importância de serviços como CAPSi/CAPS AD existirem em todas as regiões. Atualmente o CAPSi Asa Norte atende uma região maior do que prevista, não tendo profissionais ou espaço suficiente para atender a população/demanda. Também foi enfatizada a necessidade da abertura de serviços análogos ao COMPP e Adolescente nas demais regiões de Brasília e no DF e que esses serviços atuem de forma psicossocial e em rede. Foi colocada a necessidade de posse livre para usuários/seus acompanhantes de serviços de Saúde, uma vez que não há serviços nas regiões e os usuários não conseguem acessar o serviço, uma vez que hoje a liberação do passe livre é liberada por diagnóstico. Falamos da importância do PSE e que esse programa seja fortalecido e construído de forma

conjunta com a escola, observando suas peculiaridades e demandas.

Foi relatado o sucateamento da saúde, observando que os espaços não oferecem estrutura adequada para atender crianças com necessidade em saúde.

Discutiu-se a possibilidade de centros especializados em TEA, observando que hoje há uma grande demanda e crianças que se encontram em filas e precisam esperar meses/meses por atendimento.

Falou-se da importância de espaços de convivência, da falta de recursos na região para oferecer espaços de lazer, cultura e esporte - entendendo que estes espaços contribuem para a saúde mental de crianças e adolescentes.

Pontuou-se que os espaços de saúde (UBS) precisam criar grupos e espaços de acolhimento para adultos com sofrimento psíquico. Que há a necessidade de criarmos serviços que absorvam os adolescentes que completam 18 anos e ficam sem atendimento especializado em saúde mental. Para onde encaminhá-los a população com sofrimento mental leve e moderado? Os serviços não abarcam a demanda e esta população adoece e só conseguem atendimento quando estão em crise / gravemente prejudicados. É necessário criar/amplicar os serviços que atuam na base, bem como fortalecer/construir CAPSi nas regiões

1. Criação de programa de voluntariado da saúde mental 2.O comprimento da internação psiquiátrica nos hospitais gerais do DF, quando necessário, para crianças e adolescentes de forma humanizada e em parceria com os CAPSi.3.recebimento de insalubridade específica para trabalhadores do campo da saúde mental 4.Aumento do valor do incentivo federal para a instalação e manutenção de CAPS e criação de incentivo distrital para instalação e manutenção de CAPS 5. Criar colegiados de discussão sobre a saúde de crianças e adolescentes na APS, desde nível central até regiões. Esses colegiados foram extintos em 2016, finalizando todos até 2018. 6. Cumprimento da Lei 13.935/2019 determina a inclusão obrigatória de profissionais de Psicologia e Serviço Social em redes públicas de educação 7. Promoção da saúde mental nos componentes do PSE, incluir nos biênios do PSE: redução de danos, saúde mental/ 8.Centros de convivências de cultura, esporte e lazer para crianças e adolescentes em todas as regionais do DF 9. Capacitação e educação continuada para todos os profissional da saúde que lidam com o público de saúde mental do DF 10. Criação de concurso específico para serviços de saúde mental na SESDF 11. Criação de gratificação para o CAPS para fortalecer os serviços e o atendimento. As gratificações não são aplicadas ao trabalho na Rede de Atenção Psicossocial e cria inequidades no atendimento do Sistema Único de Saúde. 12. Criação de Política Distrital de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtornos do Espectro Autista a exemplo do Rio Grande do Sul 13. Criação de incentivo financeiro Distrital para a implantação e custeio dos Centros de Referência em TEA, Macrorregionais e Regionais, cujo valor e forma de prestação de contas será fixado em normativa específica, a ser publicada pelo Secretário de Estado da Saúde 14. Realização de licitação para equipar as brinquedotecas dos serviços de saúde mental infanto juvenil 15. Requerimento de informação à Secretaria de Saúde (SES/DF) para saber a quantidade de crianças na fila de atendimento na saúde mental infantil, quantidade de crianças que foram desvinculadas dos atendimentos com a motivação, quantidade de crianças que terão “alta” nos próximos meses com plano de atendimento para essas crianças e vinculação aos novos serviços para garantir a continuidade do atendimento.

16. Criação de fluxo/ orientações em situações de crises no ambiente escolar 17. Criação em diálogo com a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer para cotas para a saúde mental nos esportes.18.Desenvolver junto à Escola do Legislativo do Distrito Federal - ELEGIS formação

política com vistas a empoderar sujeitos da saúde mental para interagir nas suas demandas junto aos diversos atores que interagem para a consecução dos direitos assistidos aos usuários da saúde mental. 19. Reunião com a segurança pública e com IGES para cobrar treinamento com escuta dos usuários de saúde mental

20. a descentralização dos serviços de atenção e cuidado a saúde mental para que os territórios possam desenvolver a rede intersetorial e acompanhar crianças, jovens e suas famílias juntamente com profissionais da educação e da assistência, bem como conselho tutelar e sistema de justiça. 21. Ampliar os CAPS infantojuvenis para a quantidade levantada pela DISSAM para atender as necessidades dos usuários 22. Criar serviços ambulatoriais especializados em saúde mental infanto juvenil em todas as regiões de saúde 23. Criar equipe de matriciamento em todas as regiões de saúde para realizar ações de educação permanente à APS na atenção à saúde mental de crianças e adolescentes 24. Criação de serviços ambulatoriais em saúde mental como o comp e adolescento em todas as regiões de Saúde 25. Passe livre para usuários que fazem tratamento (diário, semanal, quinzenal, mensal) em serviços de saúde do DF, sem a necessidade de diagnóstico em saúde mental, mas mediante comprovação de que o usuário frequenta periodicamente o serviço e não tem condições de arcar com a passagem